

19/08/2015

PLENÁRIO

**AG.REG. NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO  
FUNDAMENTAL 330 PARAÍBA**

**RELATOR** : **MIN. CELSO DE MELLO**  
**AGTE.(S)** : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFENSORES  
PÚBLICOS - ANADEP  
**ADV.(A/S)** : CIANE FIGUEIREDO FELICIANO DA SILVA  
**AGDO.(A/S)** : GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA  
**PROC.(A/S)(ES)** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

E M E N T A: ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (CF, ART. 102, § 1º) – SITUAÇÃO DE PONTECIALIDADE DANOSA DERIVADA DE CORTE UNILATERAL IMPOSTO PELO CHEFE DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL À PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA ELABORADA PELA DEFENSORIA PÚBLICA LOCAL – ADMISSIBILIDADE, OU NÃO, DO CONTROLE, MEDIANTE ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO, DAS ETAPAS QUE COMPÕEM O PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS LEIS, INCLUSIVE DOS VETOS GOVERNAMENTAIS: O “STATUS QUAESTIONIS” NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – SUPERVENIENTE PROMULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL COM A MANUTENÇÃO DOS VETOS APOSTOS PELO GOVERNADOR DO ESTADO – CONSEQUENTE PERDA DO OBJETO DA PRESENTE ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO, QUE OBJETIVA, TÃO SOMENTE, A SUSPENSÃO DO PROCESSO LEGISLATIVO E A INCLUSÃO, NO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, DA PROPOSTA ENCAMINHADA ORIGINALMENTE PELA DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL – PREJUDICIALIDADE RECONHECIDA – PRETENSÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE QUE JÁ NÃO PODE MAIS SER APRECIADA EM SEDE DE ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO, POR DIRIGIR-SE, AGORA, A ATO ESTATAL POSITIVO DE ÍNDOLE PÓS-CONSTITUCIONAL (LEI ESTADUAL Nº 10.437) – POSTULADO DA SUBSIDIARIEDADE – EXISTÊNCIA, NO ORDENAMENTO

**ADPF 330 AGR / PB**

**POSITIVO, DE INSTRUMENTO PROCESSUAL APTO A SANAR, DE MODO EFICAZ, A SITUAÇÃO DE LESIVIDADE ALEGADAMENTE RESULTANTE DO ATO ESTATAL IMPUGNADO – CONSEQUENTE INVIABILIDADE DA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO – PRECEDENTES – PARECER DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA PELO NÃO PROVIMENTO DESTA ESPÉCIE RECURSAL – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO.**

## **ACÓRDÃO**

**Vistos, relatados e discutidos** estes autos, **acordam** os Ministros do Supremo Tribunal Federal, **em Sessão Plenária**, sob a Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, **por unanimidade** de votos, **em negar provimento** ao recurso de agravo, **nos termos** do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, o Ministro Dias Toffoli, que participa, na qualidade de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, da 2ª Assembleia Geral e Conferência Internacional da Associação Mundial de Órgãos Eleitorais, organizadas pela Associação Mundial de Órgãos Eleitorais (AWEB), e, neste julgamento, a Ministra Cármen Lúcia.

Brasília, 19 de agosto de 2015.

**CELSO DE MELLO – RELATOR**

19/08/2015

PLENÁRIO

**AG.REG. NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO  
FUNDAMENTAL 330 PARAÍBA**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. CELSO DE MELLO</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFENSORES PÚBLICOS - ANADEP</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: CIANE FIGUEIREDO FELICIANO DA SILVA</b>
<b>AGDO.(A/S)</b>	<b>: GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS</b>

**RELATÓRIO**

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO – (Relator): Trata-se de “agravo regimental” interposto **contra** decisão que **não conheceu** da ação de arguição de descumprimento de preceito fundamental ajuizada pela parte ora agravante **e que julgou prejudicado**, em consequência, o exame do respectivo pedido de medida liminar.

**A decisão** objeto do presente recurso de agravo **está**, em síntese, **assim fundamentada**:

*“A arguição de descumprimento ora em exame insurge-se, como precedentemente referido, contra corte unilateral que, introduzido pelo Senhor Governador do Estado na proposta orçamentária que lhe foi encaminhada pela Defensoria Pública local, impediu que a Assembleia Legislativa da Paraíba pudesse apreciá-la em sua integralidade.*

*Na realidade, esse ato unilateral do Chefe do Poder Executivo paraibano implicou clara ofensa à autonomia institucional da Defensoria Pública, tal como estabelecido pela própria Constituição da República em seu art. 134, § 2º.*

**ADPF 330 AGR / PB**

O alto relevo dessa prerrogativa institucional outorgada à Defensoria Pública reveste-se de tamanha significação que esta Corte Suprema, em julgamento plenário proferido na ADPF 307-MC-REF/DF, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, ênfatizou que ‘A autonomia administrativa e financeira da Defensoria Pública qualifica-se como preceito fundamental, ensejando o cabimento de ADPE, pois constitui garantia densificadora do dever do Estado de prestar assistência jurídica aos necessitados e do próprio direito que a esses corresponde. Trata-se de norma estruturante do sistema de direitos e garantias fundamentais, sendo também pertinente à organização do Estado’ (grifei).

.....  
Cabe observar, neste ponto, que a discussão suscitada na presente sede processual poderia ter sido evitada se o Senhor Defensor Público Geral do Estado da Paraíba, agindo em nome da Instituição e na defesa de suas legítimas prerrogativas, tivesse se valido de meio processualmente idôneo e juridicamente eficaz apto a fazer cessar, de imediato, a situação de potencialidade danosa derivada do corte unilateral que o Chefe do Poder Executivo estadual impôs à proposta orçamentária elaborada pela própria Defensoria Pública local.

Refiro-me ao instrumento constitucional do mandado de segurança, plenamente cabível em mencionada situação.

.....  
De qualquer maneira, e ainda que se pudesse legitimar a intervenção antecipada do Poder Judiciário (do Supremo Tribunal Federal, na espécie) no curso do processo de formação das leis, considerando-se, para tanto, o âmbito temático delimitador do pleito contido originalmente nesta demanda, mesmo assim existiria obstáculo impeditivo do conhecimento da presente ação constitucional.

Refiro-me ao fato, juridicamente relevante, de que a pretensão de inconstitucionalidade deduzida nesta causa, se possível examiná-la ‘ultra petita’, dirigir-se-ia a ato estatal de índole pós-constitucional (Lei estadual nº 10.437, de 12/02/2015), o que evidenciaria a inadmissibilidade da presente arguição de

**ADPF 330 AGR / PB**

descumprimento, **considerados** os julgamentos – colegiados e monocráticos – **proferidos** por esta Corte Suprema **a respeito dessa específica questão preliminar**.

**Cabe destacar**, bem por isso, **o fato** de que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, em recentíssimos julgamentos, **procedendo** à interpretação **do § 1º** do art. 4º da Lei 9.882/99, **advertiu ser inadmissível** a arguição de descumprimento de preceito fundamental, **quando se tratar, como no caso**, de diploma normativo **pós-constitucional, vale dizer, de espécie normativa editada após a vigência** da presente Constituição (**ADPF 158-AgR/DF**, Rel. Min. GILMAR MENDES – **ADPF 314-AgR/DF**, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, v.g.).

**E a razão** dessa diretriz jurisprudencial **é uma só: por tratar-se de diploma normativo pós-constitucional, há**, no plano dos processos objetivos, **instrumentos** de controle normativo abstrato, como a ação direta de inconstitucionalidade, **em cujo âmbito torna-se possível** a adoção de meio eficaz **apto** a sanar, **com real efetividade**, o estado de lesividade alegadamente resultante do ato estatal impugnado.”

A parte ora agravante, **inconformada** com esse ato decisório, **busca** seja ele reformado, **apoiando-se**, para tanto, nos seguintes fundamentos:

***“Ao tempo em que se ignoram as razões que teriam levado o Senhor Defensor Público Geral do Estado da Paraíba a abster-se da utilização de meios processuais sumários destinados a amparar tão importante prerrogativa constitucional inerente a essa Instituição da República, ignora-se a não apreciação do pedido de liminar de correção do Projeto de Lei nº 2.037/2014, na forma do § 1º do artigo 5º da Lei nº 9.882/99, pelo Ministro Presidente, que caminhou na contramão dos precedentes desta Corte e, desprezando o caráter de urgência da matéria, preferiu solicitar prévias informações à autoridade responsável pelo ato questionado, no prazo de cinco dias.***

***Não se deve vir agora falar-se em ajuizamento da arguição de descumprimento contra veto manifestado pelo Chefe do Poder***

**ADPF 330 AGR / PB**

*Executivo, fundado em razões de ordem constitucional, e que tal não caberia porque o objeto da ação restringe-se, quanto ao seu objeto, a suspensão do trâmite legislativo do Projeto de Lei nº 2.037/2014 e a correção do referido projeto, com a inclusão, nele, da Proposta Orçamentária da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, nos valores por ela aprovados de R\$ 90.561.196,00.*

*É verdade, sim, que o pedido liminar foi no sentido de que o Governador do Estado da Paraíba fosse compelido a corrigir o PLOA 2015, nele inserindo a Proposta Orçamentária da Defensoria Pública, nos valores por ela aprovados. Para tanto, fazia-se necessária a suspensão do trâmite legislativo do Projeto de Lei nº 2.037/2014.*

*Com a antecipação da votação, onde a Assembleia Legislativa aprovou emenda de remanejamento, na tentativa de repor parte das verbas perdidas pela Defensoria Pública, ainda não havia sido finalizado o processo legislativo, que somente ocorre com a sanção ou promulgação.” (grifei)*

O Ministério Público Federal, por sua vez, **em parecer** da lavra do eminente Procurador-Geral da República, Dr. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS, **ao opinar** nestes autos, **manifestou-se em fundamentado parecer** que se acha assim ementado:

**“PROCESSUAL CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL EM ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA. PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE.**

**1. A arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) é regida pelo princípio da subsidiariedade, previsto no art. 4º, § 1º, da Lei 9.882/1999; pressupõe inexistência de outro meio juridicamente apto a sanar o estado de lesividade do ato impugnado.**

**2. No caso de envio de proposta orçamentária pelo Poder Executivo ao Legislativo, com violação a prerrogativa de órgão como a Defensoria Pública, é cabível mandado de segurança para coibir possível invalidade do ato. Caso aprovada a lei com ofensa à Constituição, caberá contra ela ação direta de inconstitucionalidade.**

**ADPF 330 AGR / PB**

*Em consequência, não se mostra atendido o requisito da subsidiariedade da ADPF. Precedentes do Supremo Tribunal Federal.*

**3. Parecer pelo não provimento do agravo regimental.”**  
(grifei)

**Por não me haver convencido** das razões expostas pela parte ora agravante, **submeto** à **apreciação** do E. Plenário desta Suprema Corte o **presente** recurso de agravo.

**É o relatório.**

19/08/2015

PLENÁRIO

AG.REG. NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO  
FUNDAMENTAL 330 PARAÍBA

V O T O

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO – (Relator): Entendo não assistir razão à parte recorrente, eis que a decisão impugnada na presente sede recursal ajusta-se, com integral fidelidade, à orientação jurisprudencial firmada pela Suprema Corte na matéria ora em exame.

*Como tive o ensejo de destacar* na decisão ora agravada, **desnecessário enfatizar a enorme importância** da Defensoria Pública, cujo perfil – *considerada a magnitude de suas funções institucionais* – **acha-se delineado** no texto da própria Constituição da República.

O Supremo Tribunal Federal, por isso mesmo, **tem reconhecido**, em diversos pronunciamentos, o alto relevo de que se reveste a Defensoria Pública, constitucionalmente incumbida de promover “a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados (...)” (CF, art. 134, “caput”), **dando concreção, assim, ao direito fundamental** proclamado no inciso LXXIV do art. 5º da Constituição da República:

**“DEFENSORIA PÚBLICA – RELEVÂNCIA – INSTITUIÇÃO PERMANENTE ESSENCIAL À FUNÇÃO JURISDICIONAL DO ESTADO – O DEFENSOR PÚBLICO COMO AGENTE DE CONCRETIZAÇÃO DO ACESSO DOS NECESSITADOS À ORDEM JURÍDICA.**

– **A Defensoria Pública, enquanto instituição permanente essencial à função jurisdicional do Estado, qualifica-se como instrumento de concretização dos direitos e das liberdades de que são titulares as pessoas carentes e necessitadas. É por essa razão**



**ADPF 330 AGR / PB**

que a Defensoria Pública não pode (e não deve) ser tratada de modo inconseqüente pelo Poder Público, pois a proteção jurisdicional de milhões de pessoas – carentes e desassistidas –, que sofrem inaceitável processo de exclusão jurídica e social, depende da adequada organização e da efetiva institucionalização desse órgão do Estado.

– De nada valerão os direitos e de nenhum significado revestir-se-ão as liberdades, se os fundamentos em que eles se apóiam – além de desrespeitados pelo Poder Público ou transgredidos por particulares – também deixarem de contar com o suporte e o apoio de um aparato institucional, como aquele proporcionado pela Defensoria Pública, cujas funções precípua, por efeito de sua própria vocação constitucional (CF, art. 134), consiste em dar efetividade e expressão concreta, inclusive mediante acesso do lesado à jurisdição do Estado, a esses mesmos direitos, quando titularizados por pessoas necessitadas, que são as reais destinatárias tanto da norma inscrita no art. 5º, inciso LXXIV, quanto do preceito consubstanciado no art. 134, ambos da Constituição da República.”

(ADI 2.903/PB, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Passo a apreciar, presente o contexto desta causa, a admissibilidade da presente ação constitucional. E, ao fazê-lo, assinalo, desde logo, que a arguição de descumprimento de preceito fundamental, instituída pela própria Constituição (art. 102, § 1º) e disciplinada pela Lei nº 9.882/99, qualifica-se como típica ação constitucional destinada a proteger e a preservar a integridade de preceitos fundamentais revestidos, em decorrência de sua natureza mesma, de um claro sentido de essencialidade, configurando “modalidade de integração entre os modelos de perfil difuso e concentrado no Supremo Tribunal Federal” (ADPF 33/PA, Rel. Min. GILMAR MENDES).

No sistema constitucional brasileiro, como sabemos, há duas modalidades de arguição de descumprimento: uma de caráter autônomo (Lei nº 9.882/99, art. 1º, “caput”) e outra de natureza incidental (“lex cit.”, art. 1º, parágrafo único), como esclareceu esta Suprema Corte em

**ADPF 330 AGR / PB**

**precedente** sobre a matéria (**ADPF 3-QO/CE**, Rel. Min. SYDNEY SANCHES).

**Assinalo**, por relevante, que a ANADEP **informou** que a Senhora Governadora em exercício do Estado da Paraíba **vetou**, no ponto que interessa à Defensoria Pública, entre outras, a **Emenda de Remanejamento nº 310** ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA nº 2015), **sancionando-o** quanto às demais regras dele constantes, **vindo a promulgar** – e a fazer publicar – a **Lei estadual** nº 10.437, de 12/02/2015, que “*Estima a Receita e Fixa a Despesa do Estado para o Exercício Financeiro de 2015 e dá outras providências*”.

**A situação** que venho de expor (**superveniência** de veto governamental ao projeto de lei orçamentária anual) **estimula reflexão** em torno da pertinência da arguição de descumprimento **nos casos** em que o Chefe do Poder Executivo **recusa-se** a sancionar, total ou parcialmente, determinada proposição legislativa.

Essa questão, **pertinente** à admissibilidade da arguição de descumprimento de preceito fundamental, **traduz** matéria **que tem merecido decisões contrastantes no âmbito** desta Suprema Corte, **como se vê**, de um lado, dos julgamentos proferidos na ADPF 1-QO/DF, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA, na ADPF 73/DF, Rel. Min. EROS GRAU, e na ADPF 269/DF, Rel. Min. ROSA WEBER (**que reconheceram inviável** a impugnação, **mediante** referida ação constitucional, do processo legislativo e do veto apostado pelo Chefe do Poder Executivo), e, de outro, da decisão na ADPF 45/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO (**em que se entendeu possível** a utilização desse instrumento constitucional **contra vetos governamentais**).

O “*status quaestionis*” no plano doutrinário **foi bem analisado** pelo eminente Ministro GILMAR MENDES (“Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental”, p. 141/144, item n. 12, 2ª ed., 2011,

**ADPF 330 AGR / PB**

IDP/Saraiva), que, reconhecendo viável o ajuizamento da arguição de descumprimento em tal situação, **assim se pronuncia:**

**“12. Veto do chefe do Poder Executivo**

*Ainda quanto ao objeto da arguição de descumprimento de preceito fundamental, **cumpre referir indagações no sentido de se estariam o veto** do Presidente da República, **a proposta** de emenda à Constituição **ou a lei já declarada** recepcionada pelo Supremo Tribunal **sujeitos a escrutínio** através de ADPF.*

***Acerca da admissibilidade** de arguições de descumprimento de preceito fundamental **que tenham como objeto veto** do Presidente da República, **a jurisprudência** do Supremo Tribunal Federal **não está absolutamente pacificada**.*

*O Tribunal, em questão de ordem suscitada pelo relator, Ministro Néri da Silveira, **durante** o processamento da ADPF 1, **enfrentou a questão de se se poderia considerar veto** por parte do Poder Executivo Municipal, oposto a dispositivo constante de projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, relativo a IPTU, **como ‘ato do poder público’** a ensejar a interposição de arguição de descumprimento de preceito fundamental.*

***O Ministro Néri da Silveira, no que foi acompanhado à unanimidade, assentou a inadmissibilidade** da ação por força da natureza do ato do poder público impugnado (...).*

.....  
***Outro foi o entendimento do Ministro Celso de Mello ao conhecer da ADPF 45. A ação tinha por objeto veto, emanado do Presidente da República, incidente sobre o § 2º do art. 55 de proposta de lei que se converteu na Lei n. 10.707/2003, que tinha como finalidade fixar diretrizes para a elaboração da lei orçamentária anual de 2004.***

***O arguente sustentava que o veto presidencial afrontava preceito fundamental** decorrente da EC 29/2000, publicada com vistas a garantir recursos financeiros mínimos a serem investidos em ações e serviços públicos de saúde.*

***A questão não chegou ao Plenário** do Tribunal, pois, logo após o veto parcial objeto daquela ADPF, o Presidente da*

**ADPF 330 AGR / PB**

*República enviou ao Congresso Nacional projeto de lei, posteriormente transformado na Lei n. 10.777/2003, em que restaurou, integralmente, o aludido § 2º. A prejudicialidade superveniente não impediu, contudo, que o Relator enfrentasse a questão que aqui se estuda (...).*

.....  
*A solução preconizada pelo Ministro Celso de Mello parece atender, com superioridade, à exigência de normatividade da Constituição, contudo, fácil é ver que, por sua relevância jurídica e institucional, a questão merece renovada reflexão por parte do Supremo Tribunal, momento em que se deverá levar em conta a hipótese de o veto do Chefe do Executivo, objeto de ADPF, aduzir a inconstitucionalidade do dispositivo vetado.*

*Ressalte-se, a esse respeito, que o veto de um projeto de lei sob o argumento da inconstitucionalidade outorga ao Executivo uma faculdade de enorme significado num sistema constitucional, que, como visto, privilegia o controle judicial de constitucionalidade das leis.*

*Não são raros os autores que identificam aqui configuração de um modelo preventivo de controle de constitucionalidade.*

.....  
*Evidentemente, a vinculação de todos os órgãos públicos à Constituição não permite que o Chefe do Poder Público se valha do veto com fundamento na inconstitucionalidade com a mesma liberdade com que poderá utilizar o veto com base no interesse público.*

*Dir-se-á, porém, que eventual utilização abusiva do veto com fundamento na suposta inconstitucionalidade da proposição poderia ser sempre reparada, pois estaria sujeita a apreciação e, portanto, ao controle do organismo parlamentar competente.*

*Essa resposta é evidentemente insatisfatória, porque admite que um órgão público invoque eventual inconstitucionalidade sem que esteja exatamente convencido da sua procedência. Isso relativiza, de forma inaceitável, a vinculação dos Poderes*

**ADPF 330 AGR / PB**

*Públicos à Constituição. Por outro lado, parece inequívoco que a apreciação do veto pela Casa Legislativa não se inspira exatamente em razões de legitimidade. A ausência de maioria qualificada fundada em razões meramente políticas implicará a manutenção do veto, ainda que lastreado em uma razão de inconstitucionalidade absolutamente despropositada.*

*Daí ponderar-se a possibilidade de utilizar a ADPF como via apta a judicializar a questão constitucional, tendo em vista a aferição da legitimidade ou não do fundamento invocado.*

*Em um sistema de rígida vinculação à Constituição, parece plausível admitir, pelo menos, que a maioria que garantiu a aprovação da lei deveria ter a possibilidade de instaurar tal controvérsia.*

*Assim, esse controle político de legitimidade também estaria submetido ao controle judicial.*" (grifei)

*A arguição de descumprimento ora em exame insurge-se, como precedentemente referido, contra corte unilateral que, introduzido pelo Senhor Governador do Estado na proposta orçamentária a ele encaminhada pela Defensoria Pública local, impediu que a Assembleia Legislativa da Paraíba pudesse apreciá-la em sua integralidade.*

*Na realidade, esse ato unilateral do Chefe do Poder Executivo paraibano implicou clara ofensa à autonomia institucional da Defensoria Pública, tal como estabelecido pela própria Constituição da República em seu art. 134, § 2º.*

*O alto relevo dessa prerrogativa institucional outorgada à Defensoria Pública reveste-se de tamanha significação que esta Corte Suprema, em julgamento plenário proferido na ADPF 307-MC-REF/DE, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, ênfatisou que "A autonomia administrativa e financeira da Defensoria Pública qualifica-se como preceito fundamental, ensejando o cabimento de ADPE, pois constitui garantia densificadora do dever do Estado de prestar assistência jurídica aos necessitados e do próprio direito que a esses corresponde. Trata-se de norma estruturante do sistema de direitos e*

**ADPF 330 AGR / PB**

*garantias fundamentais, sendo também pertinente à organização do Estado” (grifei).*

**E foi precisamente nesse processo de controle abstrato que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, após reconhecer que a autonomia administrativa e financeira da Defensoria Pública constitui preceito fundamental amparável pela via da arguição de descumprimento, fez consignar a seguinte advertência:**

*“(…) **Nos termos** do art. 134, § 2º, da Constituição Federal, **não é dado ao Chefe do Poder Executivo estadual, de forma unilateral, reduzir a proposta orçamentária** da Defensoria Pública **quando essa é compatível** com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. **Caberia** ao Governador do Estado **incorporar** ao PLOA a proposta **nos exatos termos** definidos pela Defensoria, **podendo**, contudo, **pleitear** à Assembleia Legislativa **a redução pretendida**, visto ser o Poder Legislativo **a seara adequada** para o debate de possíveis alterações no PLOA. A **inserção** da Defensoria Pública **em capítulo destinado** à proposta orçamentária do Poder Executivo, **juntamente** com as Secretarias de Estado, **constitui desrespeito à autonomia administrativa** da instituição, **além de ingerência indevida** no estabelecimento de sua programação administrativa e financeira.”*

**(ADPF 307-MC-REF/DE, Rel. Min. DIAS TOFFOLI – grifei)**

**Cabe observar**, neste ponto, que a discussão **suscitada** na presente sede processual **poderia ter sido evitada se** o Senhor Defensor Público-Geral do Estado da Paraíba, **agindo em nome da Instituição** que representa **e na defesa de suas legítimas prerrogativas, tivesse utilizado meio processualmente idôneo e juridicamente eficaz apto** a fazer cessar, de imediato, a situação de potencialidade danosa **derivada do corte unilateral** que o Chefe do Poder Executivo estadual **impôs à proposta orçamentária elaborada** pela Defensoria Pública local.

**ADPF 330 AGR / PB**

**Refiro-me** ao instrumento constitucional do mandado de segurança, **plenamente cabível** em mencionada situação.

Com efeito, **a jurisprudência** do Supremo Tribunal Federal, **tendo em consideração** a autonomia administrativa e financeira da **própria** Defensoria Pública, **tem advertido** *que não se mostra lícito* ao Chefe do Poder Executivo **promover cortes unilaterais** na proposta orçamentária **elaborada** por essa Instituição, **que**, incorporada, *tal como se formulou*, ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, **deve ser submetida** ao Poder Legislativo, *árbítr*o final da aprovação, *ou não*, da proposição legislativa em referência.

Nesse sentido, **vale mencionar**, entre outras, **recente** decisão que a eminente Ministra ROSA WEBER **proferiu** no exame **do MS** 33.193-MC/DF, **impetrado pela Defensoria Pública da União**, **ocasião em que concedeu** medida cautelar, *“(...) para assegurar que a proposta orçamentária original encaminhada pela impetrante, anexa à Mensagem Presidencial nº 251/2014, seja apreciada pelo Congresso Nacional como parte integrante do projeto de lei orçamentária anual de 2015”* (grifei).

**Ocorre**, no entanto, **que tal não se registrou** no caso ora em exame, **ignorando-se** as razões **que teriam** levado o Senhor Defensor Público-Geral do Estado da Paraíba *a abster-se* da utilização de meios processuais sumários **destinados** a amparar *tão importante* prerrogativa constitucional **inerente** a essa Instituição da República.

**Não obstante tais considerações**, **o que se mostra importante considerar** neste processo objetivo de controle de constitucionalidade **é que o pedido** formulado pela ANADEP **restringe-se**, *quanto ao seu objeto*, tão somente, à *“suspensão do trâmite legislativo do Projeto de Lei nº 2.037/2014”* (item n. 7, “c”) **e à “correção do referido projeto”, com a**

**ADPF 330 AGR / PB**

**inclusão**, nele, “da Proposta Orçamentária da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, nos valores por ela aprovados de R\$ 90.561.196,00, e, assim, seja devidamente apreciada pela Assembleia Legislativa (...)” (item n. 7, “g” – grifei).

**Não vejo**, por tal razão, **como conhecer** do pleito **além** dos limites materiais que a própria arguente **delineou** na instauração da presente demanda constitucional.

**É importante assinalar**, no ponto, que a Lei nº 9.882/99 (que dispõe sobre o processo e julgamento da ADPF) **sofreu veto parcial relativamente** aos arts. 5º, § 4º, e 9º, cujos textos, **se convertidos** em normas legais, **permitiriam** o ajuizamento da mencionada ação constitucional **contra a própria tramitação do processo legislativo ou**, ainda, contra a “**promulgação ou publicação do ato legislativo dele decorrente**”.

**Os fundamentos invocados para justificar** esse veto parcial **apoiaram-se** no propósito **de impedir** a “**intervenção excessiva da jurisdição constitucional no processo legislativo, nos termos da (...) jurisprudência do Supremo Tribunal Federal**” (Mensagem nº 1.807, de 03 de dezembro de 1999).

**De qualquer maneira, e não obstante** o dissenso jurisprudencial existente **em torno** da possibilidade, ou não, da **intervenção antecipada do Poder Judiciário** (do Supremo Tribunal Federal, na espécie) **no curso** do processo de formação das leis, **considerando-se** o âmbito temático **delimitador** do pleito contido **originalmente nesta demanda, ainda que superada** essa questão, **mesmo assim existiria obstáculo impeditivo** do conhecimento da presente ação constitucional.

**Refiro-me** ao fato, **juridicamente relevante**, de que a pretensão de inconstitucionalidade **deduzida** nesta causa, **se possível examiná-la** “**ultra petita**”, **dirigir-se-ia** a ato estatal **de índole pós-constitucional** (Lei



**ADPF 330 AGR / PB**

estadual nº 10.437, de 12/02/2015), **o que evidenciaria a inadmissibilidade** da presente arguição de descumprimento, **considerados** os julgamentos – *colegiados e monocráticos* – **proferidos** por esta Corte Suprema **a respeito dessa específica questão preliminar**.

**Impende salientar** que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, em recentes julgamentos, **procedendo** à interpretação **do § 1º** do art. 4º da Lei 9.882/99, **advertiu ser inadmissível** a arguição de descumprimento de preceito fundamental, **quando se tratar, como no caso**, de diploma normativo **pós-constitucional**, **vale dizer**, de espécie normativa **editada após a vigência** da presente Constituição (**ADPF 158-AgR/DF**, Rel. Min. GILMAR MENDES – **ADPF 314-AgR/DF**, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, *v.g.*).

**E a razão** dessa diretriz jurisprudencial **é uma só: por cuidar-se de diploma normativo pós-constitucional, há, no plano dos processos objetivos, instrumentos** de controle normativo abstrato, *como a ação direta de inconstitucionalidade*, **em cujo âmbito torna-se possível** a adoção de meio eficaz **apto** a sanar, *com real efetividade*, o estado de lesividade *alegadamente* resultante do ato estatal impugnado.

Por tal motivo, **esta** Suprema Corte **tem acentuado** que *será inadmissível* a arguição de descumprimento de preceito fundamental *onde cabível* a ação direta de inconstitucionalidade (**ADPF 329-MC/DF**, Rel. Min. CELSO DE MELLO):

*“Em outros termos, o princípio da subsidiariedade – inexistência de outro meio eficaz de sanar a lesão –, contido no § 1º do art. 4º da Lei nº 9.882, de 1999, há de ser compreendido no contexto da ordem constitucional global.*

.....  
*Nesse caso, cabível a ação direta de inconstitucionalidade ou de constitucionalidade, não será admissível a arguição de descumprimento. Em sentido contrário, não sendo admitida a*

**ADPF 330 AGR / PB**

*utilização de ações diretas de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade – isto é, não se verificando a existência de meio apto para solver a controvérsia constitucional relevante de forma ampla, geral e imediata –, há de se entender possível a utilização da arguição de descumprimento de preceito fundamental.”*

**(ADPF 33/PA, Rel. Min. GILMAR MENDES – grifei)**

**Inadmissível**, desse modo, *a presente ação constitucional, por nela tratar-se* de ato estatal **posterior** à promulgação da vigente Carta Política, **a significar** que o diploma legislativo em causa, **tendo em vista o seu caráter pós-constitucional, revela-se impugnável** mediante ação direta de inconstitucionalidade **(ADPF 317-MC/MA, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.), motivo pelo qual incide**, na espécie, **a cláusula da subsidiariedade** fundada **no § 1º do art. 4º da Lei nº 9.882/99**.

**Mostra-se tão relevante** esse aspecto da questão que esta Suprema Corte, *em sessão realizada em 11/12/2014, assentou a impossibilidade de converter-se* a arguição de descumprimento de preceito fundamental (em cujo âmbito tenha sido instaurado o exame *de lei pós-constitucional*) em *qualquer outra* modalidade de controle abstrato de constitucionalidade **(ADPF 314-AgR/DE, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Pleno)**.

**Registro, finalmente, que a inviabilidade** da presente arguição de descumprimento de preceito fundamental, **em decorrência** dos fundamentos ora expostos, **justifica** a seguinte observação: **no desempenho** dos poderes processuais de que dispõe, **assiste ao Ministro Relator competência plena** para exercer, *monocraticamente*, o controle **das ações**, pedidos ou recursos dirigidos ao Supremo Tribunal Federal, **legitimando-se**, *em consequência*, os atos decisórios que, *nessa condição*, venha a praticar.

**Impõe-se referir**, quanto a esse aspecto, **que o Pleno** do Supremo Tribunal Federal **reconheceu a inteira validade constitucional** da norma legal **que inclui** na esfera de atribuições do Relator **a competência** para negar

**ADPF 330 AGR / PB**

trânsito, **em decisão monocrática**, a recursos, pedidos **ou ações**, quando incabíveis, estranhos à competência desta Corte, intempestivos, sem objeto **ou** que veiculem pretensão incompatível com a jurisprudência **predominante** do Tribunal (**RTJ** 139/53 – **RTJ** 168/174-175, *v.g.*).

**Cabe enfatizar**, por necessário, **que esse entendimento jurisprudencial é também aplicável aos processos objetivos de controle concentrado de constitucionalidade** (**ADI 563/DF**, Rel. Min. PAULO BROSSARD – **ADI 593/GO**, Rel. Min. MARCO AURÉLIO – **ADI 2.060/RJ**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **ADI 2.207/AL**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **ADI 2.215/PE**, Rel. Min. CELSO DE MELLO – **ADPF 104-MC/SE**, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – **ADPF 113-MC/DF**, Rel. Min. CELSO DE MELLO, *v.g.*), **eis que**, tal como já assentou **o Plenário** do Supremo Tribunal Federal, o ordenamento positivo brasileiro “**não subtrai** ao Relator da causa o poder de efetuar – enquanto responsável pela ordenação e direção do processo (**RISTF**, art. 21, I) – o controle prévio dos requisitos formais da fiscalização normativa abstrata, o que inclui, entre outras atribuições, o exame dos pressupostos processuais e das condições da própria ação direta” (**RTJ 139/67**, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

**Sendo assim**, e em face das razões expostas, **nego provimento** ao presente recurso de agravo, **mantendo**, em consequência, por seus próprios fundamentos, **a decisão** ora agravada.

**É o meu voto.**

**PLENÁRIO**

**EXTRATO DE ATA**

**AG.REG. NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 330**

PROCED. : PARAÍBA

**RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO**

AGTE.(S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFENSORES PÚBLICOS - ANADEP

ADV.(A/S) : CIANE FIGUEIREDO FELICIANO DA SILVA

AGDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA

PROC.(A/S) (ES) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, negou provimento ao agravo regimental. Ausente, justificadamente, o Ministro Dias Toffoli, participando, na qualidade de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, da 2ª Assembleia Geral e Conferência Internacional da Associação Mundial de Órgãos Eleitorais, organizadas pela Associação Mundial de Órgãos Eleitorais (AWEB), e, neste julgamento, ausente a Ministra Cármen Lúcia. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 19.08.2015.

Presidência do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Cármen Lúcia, Luiz Fux, Rosa Weber, Teori Zavascki, Roberto Barroso e Edson Fachin.

Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros.

p/ Fabiane Pereira de Oliveira Duarte  
Assessora-Chefe do Plenário